

Relatório Anual 2018


SBOT **Prev**



ÍNDICE

1	Mensagem da Diretoria Executiva	3
2	Panorama Econômico de 2018	4
3	Demonstrações Contábeis e Financeiras	5
4	Informações Referentes à Política de Investimentos	22
5	Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis	32
6	Parecer Atuarial	35
7	Parecer do Conselho Fiscal	39
8	Manifestação do Conselho Deliberativo	40
9	Glossário	41
10	Mensagem aos Participantes	44

1

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV apresenta o relatório das principais atividades da Entidade durante o 2018 como autoriza a Resolução CGPC n. 23/2006 e Instrução PREVIC n.13/2014.

Neste material você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da SbotPrev e de seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, a situação atuarial e informações segregadas de seu Plano, possibilitando um melhor acompanhamento de seu Plano de Previdência Complementar.

O SBOTPREV teve seu início de funcionamento em março de 2010, encerrando o exercício de 2018 com 1.589 participantes ativos e um Patrimônio de quase R\$ 50 milhões.

O Relatório Anual 2018 está disponível para consulta através do site www.sbotprev.org.br

Mais uma vez, o SBOTPREV mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com clareza e objetividade.

Boa Leitura!

DIRETORIA EXECUTIVA

2 | PANORAMA ECONÔMICO DE 2018

O ano de 2018 caracterizou-se por apresentar elevada volatilidade nos mercados domésticos e internacional. O processo de normalização da política monetária nas principais economias do mundo provocou piora nas condições financeiras globais e redução de liquidez internacional, e a conjuntura externa se revelou mais desafiadora, principalmente para os países emergentes.

Com o fim do interregno benigno para os países emergentes houve forte apreciação global do dólar, que somadas às incertezas eleitorais no Brasil, provocaram movimento de depreciação do real mais forte que a maioria dos seus pares. Em face da piora do panorama macroeconômico, o Banco Central manteve a taxa de juros em 6,50%. A forte crise institucional causada pela greve dos caminhoneiros, apresentou reflexos sobre a atividade, a inflação, a até então austera política fiscal do governo Temer.

O processo eleitoral conturbado no Brasil em meio a tentativa frustrada de aprovação de um projeto de reforma da previdência transformou o mercado brasileiro numa montanha-russa, sobretudo após o desempenho fraco da economia no ano. O destaque positivo fica por conta da inflação abaixo da meta. Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, com 55,1% dos votos válidos no 2º turno, contra 44,9% de Fernando Haddad. As principais medidas econômicas defendidas em sua plataforma de governo são: a reforma da previdência, a simplificação tributária e as privatizações. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro reduziu as incertezas quanto à continuidade do processo de reformas, o que foi refletido na melhora nos preços dos ativos brasileiros.

Neste sentido, os fundamentos macroeconômicos do Brasil, sobretudo se comparado com seus pares emergentes, sugerem que o ano de 2019 pode apresentar ótimos resultados econômicos caso consiga o governo consiga aproveitar esta oportunidade.

Considerações Legais: A Mongeral Aegon Investimentos Ltda é responsável pela elaboração desse material, mas não se responsabiliza por quaisquer atos e/ou decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por meio de suas publicações e projeções. Todos os dados e/ou opiniões aqui presentes não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados e/ou análises desta publicação deverão ser assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo a Mongeral Aegon Investimentos Ltda de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes do uso deste material.

Mongeral Aegon Investimentos Ltda

Travessa Belas Artes 15 – Centro

Rio de Janeiro/RJ

www.mongeralaegon.com.br

Contato: (21) 3722 2338

3 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		2018	2017	PASSIVO		2018	2017
Disponível	Nota 4.1.1	570	686	Exigível Operacional	Nota 4.1.4	782	653
Realizável	Nota 4.1.2	49.557	42.333	Gestão Previdencial		268	284
				Gestão Administrativa		514	369
Investimentos		49.556	42.327	Patrimônio Social	Nota 4.1.5	49.360	42.383
Fundos de Investimento		49.556	42.327	Patrimônio de Cobertura do Plano		48.875	42.081
Permanente	Nota 4.1.3	15	17	Provisões Matemáticas		48.875	42.081
Imobilizado		15	17	Benefícios Concedidos		426	460
				Benefícios a Conceder		48.449	41.621
				Fundos		485	302
				Fundos Administrativos		485	302
TOTAL DO ATIVO		50.142	43.036	TOTAL DO PASSIVO		50.142	43.036

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	42.383	33.200	27,66%
1. Adições	12.670	14.937	-15,18%
(+) Contribuições Previdenciais	8.927	10.720	-16,73%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.722	3.488	-21,96%
(+) Receitas Administrativas	970	673	44,13%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	51	56	-8,93%
2. Destinações	-5.693	-5.754	-1,06%
(-) Benefícios	-4.855	-5.070	-4,24%
(-) Despesas Administrativas	-838	-684	22,51%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	6.977	9.183	-24,02%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.794	9.138	-25,65%
(+/-) Fundos Administrativos	183	45	306,67%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	49.360	42.383	16,46%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	42.081	32.943	27,74%
1. Adições	11.649	14.208	-18,01%
(+) Contribuições	8.927	10.720	-16,73%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.722	3.488	-21,96%
2. Destinações	-4.855	-5.070	-4,24%
(-) Benefícios	-4.855	-5.070	-4,24%
(-) Custeio Administrativo	-	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.794	9.138	-25,65%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.794	9.138	-25,65%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	48.875	42.081	16,15%
C) Fundos não Previdenciais	485	302	60,60%
(+/-) Fundos Administrativos	485	302	60,60%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação %
1. Ativos	49.628	42.667	16,31%
Disponível	480	659	-27,16%
Recebível	485	302	60,60%
Investimento	48.663	41.706	16,68%
Fundos de Investimento	48.663	41.706	16,68%
2. Obrigações	268	284	-5,63%
Operacional	268	284	-5,63%
3. Fundos não Previdenciais	485	302	60,60%
Fundos Administrativos	485	302	60,60%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	48.875	42.081	16,15%
Provisões Matemáticas	48.875	42.081	16,15%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	302	257	17,51%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1021	729	40,05%
1.1. Receitas	1021	729	40,05%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	-	0,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	505	415	21,69%
Receitas Diretas	464	258	79,84%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	52	56	-7,14%
2. Despesas Administrativas	-838	-684	22,51%
2.1. Administração Previdencial	-637	-507	25,64%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-29	-31	-6,45%
Viagens e Estadias	-19	-20	-0,05
Serviços de Terceiros	-394	-329	19,76%
Despesas Gerais	-151	-112	34,82%
Depreciações e Amortizações	-3	-1	200,00%
Tributos	-41	-14	1,929
2.2. Administração dos Investimentos	-201	-177	13,56%
Serviços de Terceiros	-189	-155	21,94%
Tributos	-12	-22	-45,45%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	183	45	306,67%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	183	45	306,67%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	485	302	0,606

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação %
Provisões Técnicas (1+4)	49.143	42.365	16,00%
1. Provisões Matemáticas	48.875	42.081	16,15%
1.1. Benefícios Concedidos	426	460	-7,39%
Contribuição Definida	426	460	-7,39%
1.2. Benefícios a Conceder	48.449	41.621	16,41%
Contribuição Definida	48.449	41.621	16,41%
Saldo de Contas - Parcela Instituidores	28	20	40,00%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	48.421	41.601	16,39%
4. Exigível Operacional	268	284	-5,63%
4.1. Gestão Previdencial	268	284	-5,63%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV, é uma entidade fechada de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ 11.401.654/0001-43 e CNPB 2009.0024-74 constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 3.080 de 08 de outubro de 2009, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. É Instituidor Fundador da SBOTPREV, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O SBOTPREV tem sede e foro na Alameda Lorena, nº 427 – 14º andar – São Paulo – SP, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O SBOTPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

O Plano de Benefícios SBOTPREV possuía na data base o seguinte quadro de participantes ativos e assistidos:

Descrição	2018	2017
Participantes Ativos	1.613	1.547
Idade Média	42 anos	41 anos
Participantes Assistidos	3	1
Idade Média	65 anos	66 anos

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a SBOTPREV não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Entidade é regida por estatuto, pelos regulamentos do plano de benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, por Planos de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas tiveram sua emissão autorizada pela Diretoria da Entidade em 14 de março de 2019 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do SBOTPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O SBOTPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis. As práticas contábeis aplicadas em 2018 estão de modo uniforme em relação a 2017.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com o Art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC Nº 29 de 13 de abril de 2018.

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

No exigível operacional são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios previdenciais, custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

Para as provisões matemáticas o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação dire-

ta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Na Entidade não houve movimentações com estas características no período correspondente a esta demonstração.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da entidade.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Balanço Patrimonial

4.1.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Bancos	570	686
Brasil	1	2
Itaú	569	684
Total Disponível	570	686

4.1.2. Realizável

4.1.2.1. Gestão Previdencial

Registra os valores de pagamentos e retenções indevidas em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gestão Previdencial	1	-
IRRF a compensar	1	-
Total Realizável Previdencial	1	-

4.1.2.2. Gestão Administrativa

Registra os valores de pagamentos e retenções indevidas em 31 de Dezembro apresenta o seguinte saldo:

Descrição	2018	2017
Gestão Administrativa	-	6
Responsabilidade de Terceiros - Adiantamentos - Fornecedores - Despesas Antecipadas – Prêmios de Seguros	-	6
Total Realizável Administrativo	-	6

4.1.2.3. Investimentos

Em atendimento ao disposto no artigo 6º da resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, revogada pela Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, todos os recursos do SBOTPREV são investidos em cotas de fundo de investimento (Mongeral Aegon SBOTPREV Fundo de Investimento Multimercado – CNPJ 19.366.021/0001-53).

A posição consolidada do realizável – Investimentos em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Plano de Gestão Previdencial	48.663	41.706
Fundos de Investimento - Multimercado	48.663	41.706
Plano de Gestão Administrativa	893	621
Fundos de Investimento - Multimercado	893	621
Total Realizável Investimentos	49.556	42.327

4.1.3. Permanente - Imobilizado

Registra os bens móveis destinados ao funcionamento a Entidade, depreciados desde a sua aquisição até a data da apuração do balanço a taxas de acordo com o tempo de vida útil de cada bem. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

Descrição (taxa)	2018	Aquisições	Depreciações	2017
Imobilizado	15	1	0	17
Computadores (20%)	2	-	1	3
Periféricos (20%)	2	-	-	2
Sistemas Operacionais (20%)	1	-	-	1
Móveis e Utensílios (10%)	10	1	2	11
Total do Ativo Permanente	15	1	3	17

O valor total das depreciações acumuladas não atinge R\$ 1 mil.

4.1.4. Exigível Operacional

4.1.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar assumidos pelo plano de benefícios, relativos à Gestão Previdencial, assim como os assumidos com terceiros, mediante contrato. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Retenções a Recolher	42	76
Obrigações Contratadas	221	207
Outras Exigibilidades	5	1
Total Exigível Gestão Previdencial	268	284

4.1.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade relativos à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não repassadas, e ainda no que tange as receitas da Gestão Administrativa que contribuirão para a formação de resultados de meses subsequentes. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	507	364
Mongeral Aegon Investimentos Ltda	507	318
Retenções a Recolher	2	2
Tributos a Recolher	5	3
Total Exigível Gestão Administrativa	514	369

4.1.5. Patrimônio Social

4.1.5.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios SBOTPREV.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os participantes

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria SBOTPREV.

O valor das provisões matemáticas do plano, está evidenciado no quadro VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Provisões matemáticas	48.875	42.081
Benefícios Concedidos	426	460
Contribuição definida	426	460
Saldo de contas - Assistidos	426	460
Benefícios a conceder	48.449	41.621
Contribuição definida	48.449	41.621
Saldo de contas - parcela instituidores	28	20
Saldo de contas - parcela participantes	48.421	41.601
Total Patrimônio de Cobertura do Plano	48.875	42.081

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios definidos é o de capitalização.

Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas por atuária independente Sra. Karoline Santos de Araújo, MIBA nº 2274, contratada pela Entidade. Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pelo atuário e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2018	2017
A. Econômicas		
Taxa real de juros	4,19% a.a	4,38% a.a
B. Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 – F Suav 10%	AT-2000 – F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 – F Suav 10%	AT-2000 – F

Para enquadramento no padrão adotado pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA alteramos a nomenclatura da tábua biométrica de AT - 2000 F para AT –2000 F suav. 10%. Destaca-se que a mudança da nomenclatura não acarreta qualquer ajuste da mesma, não trazendo assim alteração para o plano de benefícios.

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuarias não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios SBOTPREV, administrado pelo SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuarias anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2018 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

4.1.5.2. Fundo Previdencial

No exercício de 2018 foi constituído o Fundo Previdencial - Diferenças de Cotas, representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos os resgates ou portabilidades foram pagos com cota do mês anterior.

4.1.5.3. Fundo Administrativo

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

	2018	Constituição	2017
Fundos Administrativos	485	183	302
Plano de Gestão Administrativa	485	183	302
Fundos	485	183	302

4.1.6. Apresentação dos efeitos da consolidação

De acordo com o item 28 do anexo "A" da Instrução SPC nº 34 de 27/09/2009 os ajustes necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Código	Conta	2018	2017
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	485	302
	Plano de Benefícios SBOTPREV	-485	-302
2.3.2.2.01.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	485	302
	Plano de Benefícios SBOTPREV	-485	-302

5. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

5.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2019

A taxa de juros de 4,19% ao ano foi calculada para utilização na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2018, conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, e na Portaria PREVIC nº 363, de 26 de abril de 2018.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas exclusivamente dos saldos de contas dos participantes.

Entretanto, essa premissa é utilizada em cálculos de benefícios, devendo a Entidade adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano, acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração do passivo de dez anos.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 363/2018, é de 5,99% ao ano, sendo o limite inferior de 4,19% ao ano e o limite superior de 6,39% ao ano.

A Política de Investimento aprovada para o ano de

2019 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2019, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 4,19% ao ano (INPC+4,19%), estando este em acordo com a citação no item 4 do Parecer Atuarial 05/2018 sobre as Premissas Atuarias.

Ajuste de precificação dos Títulos Públicos Federais

O ajuste de precificação dos Títulos Públicos federais previsto na Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19 de 04 de fevereiro de 2015 e Portaria PREVIC nº 86 de 1º de fevereiro de 2019, não se aplica ao Plano SBOTPREV por ser plano de Contribuição Definida, e como tal não apresentou superávit ou déficit.

5.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da SBO-TPREV teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições em atraso dos participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o critério

utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto através de rateio entre os Programas. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

5.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Rentabilidade

Plano Previdencial

A Rentabilidade dos investimentos apurada pela cotização média no período. A rentabilidade líquida acumulada no exercício é obtida pela aplicação do Patrimônio de cobertura do Plano deduzida da taxa de administração.

Descrição	2018	2017
Resultado dos Investimentos	7,40%	11,14%
Rentabilidade Líquida	6,42%	9,82%

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.


Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ 075.023/O-5
CPF 722.624.607-44

Ricardo Esperidião

Diretor Presidente

CPF 095.006.341-04

4 | INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos da SBOTPREV - FUNDO DE PREVIDENCIA (“SBOTPREV”) poderão ser investidos no ano de 2018.

Esta Política de Investimentos foi preparada com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, e as restrições específicas avaliadas.

2. PREMISSAS BÁSICAS

A SBOTPREV administra planos de benefícios para diversos grupos de participantes e instituidores, com independência patrimonial. Por congregarem mais de um instituidor, a SBOTPREV é, também, qualificada como multi-instituído.

Conforme estabelecido pelo Capítulo V, Artigo 16, § 3º da Resolução CMN nº 3.792, a Política de Investimentos deve minimamente mencionar os seguintes itens:

- I. a alocação de recursos e os limites por seguimento de aplicação;
- II. os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;
- III. a utilização de instrumentos derivativos;
- IV. a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios;
- V. a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- VI. a metodologia ou as fontes de referência adotadas para apuração dos ativos financeiros;
- VII. a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
- VIII. a observância ou não de princípios de responsabilidade social;

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do SBOTPREV e aprovadas

pelo seu Conselho Deliberativo.

Na implementação desta política, a SBOTPREV aplica seus recursos em um fundo exclusivo de renda fixa, com ativos lastreados em taxas de juros e índice de preços, composto por títulos públicos e privados. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um “Preço Indicativo de Mercado”.

A Carteira de investimentos utilizada pelo SBOTPREV para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no BNY Mellon Banco S.A, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-am-

biente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A SBOTPREV, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detém o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

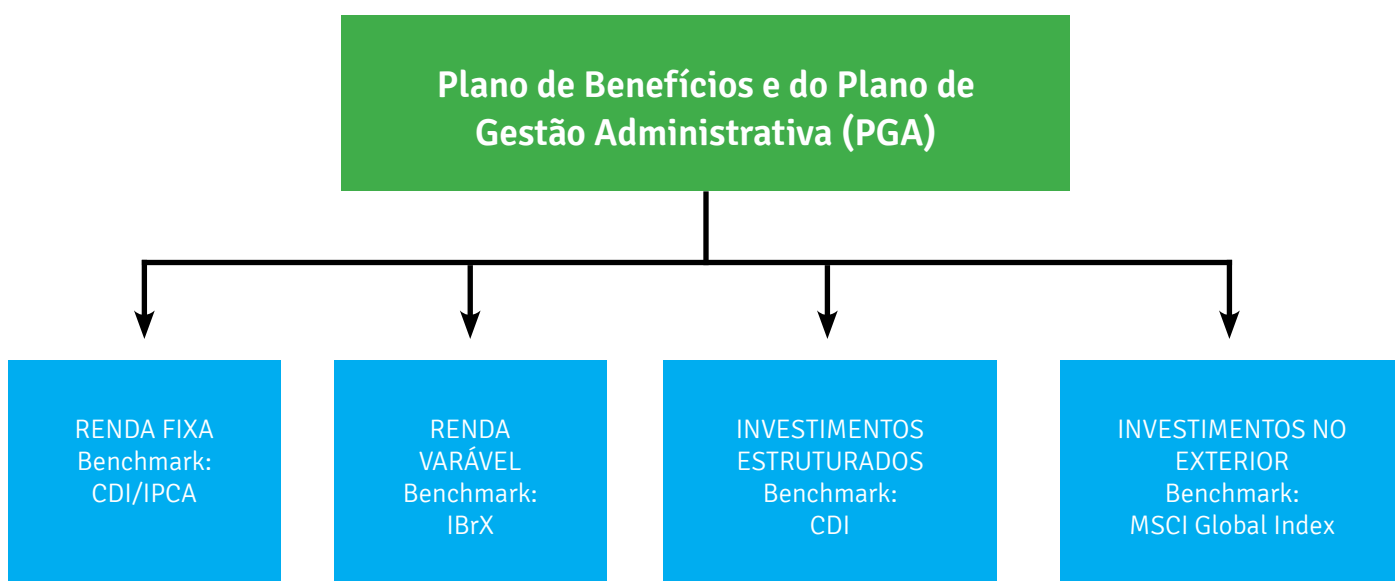
A SBOTPREV aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

4. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), a SBOTPREV prioriza uma gestão de recursos com foco na maximização de rentabilidade, com um nível de risco confortável para a entidade.

A alocação estratégica dos recursos será dividida em três classes de ativos: Renda Fixa – Juros (CDI), Renda Fixa – Inflação (IPCA), Investimentos Estruturados (CDI) e Renda Variável (IBrX), podendo realizar operações com derivativos.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco a SBOTPREV acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmark:

4.1. RENDA FIXA:

Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: Empresas financeiras e não financeiras.

Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: Empresas financeiras e não financeiras.

4.2. RENDA VARIÁVEL:

Benchmark – IBrX

- Cotas de Fundos de Investimento em Ações
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund- ETF).

4.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:

Benchmark – CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Multimercados, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

4.4. SEGMENTO INVESTIMENTOS NO EXTERIOR:

Benchmark – MSCI Global Index

- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil

5. DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Os recursos dos planos deverão ser divididos da seguinte forma:

5.1. LIMITES PARA RENDA FIXA

- De 40% a 100% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - i. Até 100% em títulos públicos federais, com variação atrelada à taxa de juros.
 - ii. Até 80% em títulos públicos federais, com variação atrelada a índices de preços.
 - iii. Até 49% em títulos privados, com variação atrelada à taxa de juros.
 - iv. Até 49% em títulos privados, com variação atrelada a índices de preços.
 - v. Até 100% em cotas de fundos de investimento classificados como Renda Fixa.

5.2. LIMITES PARA RENDA VARIÁVEL

- De 0% a 15% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - i. Até 15% em cotas de fundos de investimento classificados como Fundos de Ações.
 - ii. Até 15% em cotas de fundos de Índice (ETF).

5.3. LIMITES PARA INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

- De 0% a 10% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - i. De 0% a 10% em fundos de investimento classificados como Multimercado.

5.4. LIMITES PARA INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

- De 0% a 5% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - i. De 0% a 5% em ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil com variação atrelada a índice de ações.

6. ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

A SBOTPREV considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira do plano de benefícios e do PGA, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente política de investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da SBOTPREV.

A seguir, disponibilizamos um quadro com as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos:

Projeções Indicadores Macroeconômicos				
Ano	Bolsa	CDI	IPCA	IGP-M
2018	12,25%	6,90%	4,02%	4,39%
2019	13,28%	7,89%	4,25%	4,28%
2020	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%
2021	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%
2022	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%

Fontes: Banco Central e Mongeral Aegon Investimentos

Focus: 03/11/2017

7. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A exposição ao risco será gerenciada através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas, para gerir e acompanhar inicialmente os seguintes riscos:

7.1 RISCO DE MERCADO

Risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

Como ferramentas utilizadas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

1) VaR: utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo.

O quadro a seguir exibe as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo do VaR, assim como o limite considerado adequado para a carteira.

Premissas	Parâmetros
Modelo	Paramétrico
Distribuição	Normal
Intervalo de Confiança	97,50%
Volatilidade	EWMA
Lambda Padrão	94%
Amostra	252
Composição dos Retornos	Contínuo
Limite	0,30%

2) Stress Test: complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro.

7.2 RISCO DE CONTRAPARTE

Risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada através de uma operação de crédito, tais como um CDB, uma Letra Financeira (LF), uma Debênture, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

- Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como “investment grade”, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Na tabela a seguir apresentamos as notas classificadas como “baixo risco de crédito” para cada agência

Fitch	Moody’s	S&P
AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
AA+(bra)	Aa1.br	brAA+
AA(bra)	Aa2.br	brAA
AA-(bra)	Aa3.br	brAA-
A+(bra)	A1.br	brA+
A(bra)	A2.br	brA
A-(bra)	A3.br	brA-
BBB+(bra)	Baa1.br	brBBB+
BBB(bra)	Baa2.br	brBBB
BBB-(bra)	Baa3.br	brBBB-

7.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

- Para mitigar esse risco, além de manter seus recursos em investimentos com alta liquidez no mercado, a SBOTPREV realiza um gerenciamento ativo de seu fluxo de caixa, informando de forma antecipada a MAI, na qualidade de gestora dos recursos, sobre as necessidades ou sobras de caixa, no caso de resgates ou aplicações.

7.4 RISCO LEGAL

Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

- O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar é realizado pela SBOTPREV constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável.

7.5 RISCO OPERACIONAL

Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

- Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

7.6 RISCO SISTÊMICO

Risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

- Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a SBOTPREV procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.

7. QUADROS RESUMO PLANO DE BENEFÍCIO / PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA					
Juros	40%	100%	60%	6,90%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			
Inflação	20%	80%	40%	9,46%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	80%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			
RENDA VARIÁVEL	0%	15%	0%	-	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	15%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	15%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	10%	0%	-	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	10%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	5%	0%	-	MSCI Global Index
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	5%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
TOTAL			7,93%		

5 | RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV** São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV** “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV**, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentados para fins de comparação foram por nós auditadas, com emissão do relatório datado de 12 de março de 2018, que não conteve nenhuma modificação.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

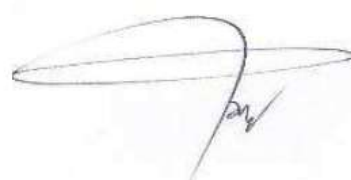
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 20 de março de 2019.



VOX AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC (SC) nº 008488/O-5
CVM nº 1195-9

Jaimir Biff
Contador CRC (SC) nº 017.155/O-7



**Vox Auditores
Independentes S/S**
CRC (SC) nº 008488/O-5
CVM nº 1195-9

6 | PARECER ATUARIAL

1. Objetivo

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 4º da Instrução Previc Nº 12, de 13 de outubro de 2014, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do **Plano de Benefícios SBOTPREV**, administrando pelo **Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia**.

O Plano SBOTPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. Base cadastral

A base cadastral com data-base em 31/12/2018 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2018. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. Estatísticas

Participantes ativos			
Item	2016	2017	2018
Número de participantes ativos*	1.416	1.547	1.589
Idade média (anos)	40,68	41,35	42,07
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	3,79	4,50	4,74
Contribuição média**	R\$ 539,12	R\$ 510,80	R\$ 520,85
Saldo individual médio	R\$ 23.010,51	R\$ 26.528,48	R\$ 30.490,35

(*) Quantidade contemplam 41 casos de inscrições canceladas a pedido, 474 casos com inscrições inativas, 2 participantes em BPD, 15 aguardando elegibilidade ao instituto de resgate e 1 licenciado com manutenção do risco. Todas as situações continuam com saldos de conta na base de dados do plano de benefícios.

(**) Considerando apenas os participantes com situação de Ativos.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2018 na ordem de 2,71% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2017. Os participantes ativos ainda tiveram variação positiva da contribuição média na ordem de 1,97% e uma variação positiva no saldo individual médio 14,93%.

Participantes Assistidos			
Item	2016	2017	2018
Número de participantes assistidos	1	1	1
Idade média (anos)	65,00	66,00	67,00
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	7,05	8,05	9,05
Benefício médio	R\$ 1.073,84	R\$ 1.176,37	R\$ 1.158,61
Saldo individual médio	R\$ 105.670,14	R\$ 100.578,46	R\$ 91.209,46

A concessão de benefício realizada em 2016 se mantém como a única aposentadoria de prestação continuada do plano SBOTPrev. Considerando a tábua AT-2000 F Suavizada em 10% verifica-se que a expectativa de vida aos 67 anos é de 21 anos, portanto, esperamos que o participante sobreviva até a idade de 88 anos.

Pensionistas			
Item	2016	2017	2018
Número de pensionistas	0,00	2,00	2,00
Idade média (anos)	0,00	61,50	62,50
Benefício médio	R\$ -	R\$ 1.763,41	R\$ 1.791,81
Saldo individual médio	R\$ -	R\$ 179.942,63	R\$ 167.256,96

Conforme exposto na tabela 3, não houve nova concessão de pensão no Plano SBOTPrev durante o exercício de 2018. Considerando a tábua AT 2000 F Suavizada em 10% verifica-se uma expectativa de vida média de 22,25 anos para os pensionistas do Plano SBOTPREV.

4. Hipóteses atuariais

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2018:

- a) Taxa Real de Juros: 4,19% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos através do Parecer Atuarial 05/2018 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano SBOTPREV. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem a obrigatoriedade de reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como meta atuarial do plano de benefícios.

Para enquadramento na nomenclatura padrão adotada pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA alteramos a nome da tábua biométrica de AT - 2000 F para AT -2000 F suavizada em 10%. Destaca-se que a mudança não acarreta qualquer ajuste da tábua, não trazendo assim alteração para o plano de benefícios.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

5. Resultados atuariais


O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financia O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2018 resultado de equilíbrio técnico.

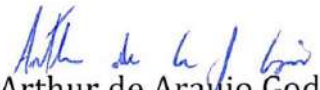
Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Para melhor administração dos recursos previdenciários, foi criado o Fundo Previdencial – Diferença de Cotas, com o objetivo de identificar e contabilizar as diferenças de rentabilidade nos saldos de contas individuais, provenientes de pagamentos efetuados com cotas diferentes daquelas utilizadas para o fechamento contábil do mês de referência.

Por fim, atestamos que as informações neste parecer foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2019.


Tatiana Cardoso Guimarães da Silva
Atuário MIBA – 1.042
Mongeral Aegon Administração de Benefícios


Arthur de Araujo Godinho Luzia
Atuário MIBA – 2.353
Mongeral Aegon Administração de Benefícios

7 | PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIOS DOS ANOS DE 2018 e 2017

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 41 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 21 de março de 2019, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2018, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia -SBOTPrev

São Paulo, 21 de março de 2019.



PAULO LOBO JUNIOR
Presidente do Conselho Fiscal

8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO – EXERCÍCIOS DOS ANOS DE 2018 e 2017

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 41 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 21 de março de 2019, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2018, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia -SBOTPrev.

São Paulo, 21 de março de 2019.



REYNALDO JESUS GARCIA FILHO
Presidente do Conselho Deliberativo

9 | GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos, e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço

Patrimonial, Balancete, Mutações do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral. Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT):

a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos:

o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva:

Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social:

Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento:

São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados a aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis:

as Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis uti-

lizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos:

a Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente:

o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial:

o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal:

o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informa-

ções complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo:

a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal. Relatório Anual: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.

10 | MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

Após a regulamentação dos planos de previdência instituídos, criados em 2001 pela lei complementar 109, este segmento passou a competir com planos ofertados por bancos. A SBOT criou sua previdência associativa, que se enquadra nesta entidade exclusivamente destinadas a órgãos de classe, sociedades, conselhos de profissionais ou cooperativas.

Somente podem aderir ao plano associados inscritos na SBOT e seus dependentes. A principal vantagem desta modalidade de investimento é o baixo custo de gestão, uma vez que tanto a SBOT, como a SBOTPrev não têm fins lucrativos.

Não há taxa de carregamento, decisão que pudemos manter em 2018 e deve seguir nos próximos anos. Nas Previdências Privadas administradas pelos Bancos, a taxa média é de 3,2%, sobre o valor de cada depósito.

Com a falência do Sistema de Previdência Social do Governo Brasileiro, torna-se necessária a renda complementar futura. Devemos lembrar também que na SBOTPREV, diferente do que ocorre com os demais planos, permite, em caso de falecimento do titular da conta, que todo o capital acumulado durante o período de contribuição seja destinado aos beneficiários indicados ou herdeiros legais.

Além disso, devido às características de nossa SBOT, não há retenção de nenhuma quantia ou taxa na SBOT. Outro diferencial é que as contribuições feitas ao plano podem ser deduzidas no Imposto de Renda até o limite de 12% do rendimento anual tributável durante o período de acumulação.

O Ano de 2018 encerrou com um cenário macroeconômico melhor do que começou, e com expectativa bastante positiva para 2019. A atividade econômica indica recuperação, com destaque para a reação do mercado de trabalho, possibilitando impulsionar o consumo.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) revisou a meta de inflação de 2019 para 4,25% e de 2020 para 4,00%. O cenário para a inflação deve permanecer bastante favorável em 2019, abaixo da meta de 4,25%. A Selic começou o ano em 7% e fechou 2018 em 6,5%, mantendo-se estável durante o ano.

Esperamos que este relatório possa esclarecer as dúvidas e transmitir aos colegas Ortopedistas participantes, a certeza de um futuro tranquilo.

Forte abraço,

DIRETORIA EXECUTIVA

SBOT **Prev**

Fale Conosco



SAC 0800 887 0948
www.sbotprev.org.br

Alameda Lorena, 427, 14º andar -
Jardim Paulista - São Paulo - SP
CEP 01424.000